Os abonos devidos à nomeada são actualizados em igual valor percentual ao definido anualmente para os trabalhadores que exercem funções públicas.

12 de Novembro de 2009. — O Secretário de Estado da Justiça, *João José Garcia Correia*.

202653466

Despacho n.º 26626/2009

Nos termos e ao abrigo do disposto nos n.os 3 e 4 do artigo 2.º e no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio, com efeitos a 5 de Novembro de 2009, o licenciado Tiago Pereira da Silva Abade para prestar ao meu Gabinete assessoria na área da sua especialidade.

A presente nomeação é válida pelo período de um ano, renovável automaticamente por iguais períodos, podendo ser revogada a todo o tempo.

O nomeado é equiparado a adjunto de Gabinete para efeitos retributivos, incluindo despesas de representação, subsídio de férias, de Natal e de refeição.

Os abonos devidos ao nomeado são actualizados em igual valor percentual ao definido anualmente para os trabalhadores que exercem funções públicas.

12 de Novembro de 2009. — O Secretário de Estado da Justiça, *João José Garcia Correia*.

202653393

Despacho n.º 26627/2009

Nos termos e ao abrigo do n.º 1 do artigo 2.º e do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho:

1 — Nomeio, obtida a anuência do Conselho Superior do Ministério Público, o procurador-adjunto Rui Manuel de Jesus Baptista para exercer funções de adjunto do meu Gabinete, em regime de comissão de serviço.

2 — Ao nomeado é reconhecida a faculdade de optar pela remuneração correspondente ao cargo de origem, acrescida de despesas de representação de adjunto de gabinete, nos termos do n.º 4 do artigo 6.º do diploma que estabelece a composição, a orgânica e o regime dos gabinetes dos membros do Governo.

3 — O presente despacho produz efeitos a 11 de Novembro de 2009.

12 de Novembro de 2009. — O Secretário de Estado da Justiça, *João José Garcia Correia*.

202653166

Despacho n.º 26628/2009

Nos termos e ao abrigo do disposto nos n.os 3 e 4 do artigo 2.º e no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio, com efeitos a 5 de Novembro de 2009, o licenciado José Luís Homem Pizarro Beleza para prestar ao meu Gabinete assessoria na área da sua especialidade.

A presente nomeação é válida pelo período de um ano, renovável automaticamente por iguais períodos, podendo ser revogada a todo o tempo.

O nomeado é equiparado a adjunto de Gabinete para efeitos retributivos, incluindo despesas de representação, subsídio de férias, de Natal e de refeição.

Os abonos devidos ao nomeado são actualizados em igual valor percentual ao definido anualmente para os trabalhadores que exercem funções públicas.

12 de Novembro de 2009. — O Secretário de Estado da Justiça, *João José Garcia Correia*.

202653263

Despacho n.º 26629/2009

Nos termos e ao abrigo do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho:

1 — Determino que o assistente operacional do mapa de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça Afonso Vieira Gonçalves Poças seja afecto ao meu Gabinete, em regime de cedência de interesse público, sem suspensão do estatuto de origem.

2 — O presente despacho produz efeitos a 2 de Novembro de 2009.

12 de Novembro de 2009. — O Secretário de Estado da Justiça, *João José Garcia Correia*.

202653733

Despacho n.º 26630/2009

Nos termos e ao abrigo do n.º 1 do artigo 2.º e do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho:

1 — Nomeio Ana Maria Almeida Francisco Nunes Veiga, assistente técnica do mapa de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça, para exercer as funções de minha secretária pessoal, em regime de comissão de serviço e através de cedência de interesse público, sem suspensão do estatuto de origem.

2 — O presente despacho produz efeitos a 3 de Novembro de 2009.

12 de Novembro de 2009. — O Secretário de Estado da Justiça, *João José Garcia Correia*.

202653596

Despacho n.º 26631/2009

Nos termos e ao abrigo do disposto nos n.os 3 e 4 do artigo 2.º e no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio, com efeitos a 5 de Novembro de 2009, a licenciada Margarida Sofia Sousa Guerreiro Almeida Matias, técnica superior do mapa de pessoal do Instituto da Propriedade Industrial, I. P., em regime de cedência de interesse público e com suspensão do estatuto de origem, para prestar ao meu Gabinete assessoria na área da sua especialidade.

A presente nomeação é válida pelo período de um ano, renovável automaticamente por iguais períodos, podendo ser revogada a todo o tempo.

A nomeada é equiparada a adjunto de gabinete para efeitos retributivos, incluindo despesas de representação e subsídios de férias, de Natal e de refeição.

Os abonos devidos à nomeada são actualizados em igual valor percentual ao definido anualmente para os trabalhadores que exercem funções públicas.

12 de Novembro de 2009. — O Secretário de Estado da Justiça, *João José Garcia Correia*.

202653506

Despacho n.º 26632/2009

Nos termos e ao abrigo do n.º 1 do artigo 2.º e do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho:

1 — Nomeio o mestre Sérgio Nuno Coimbra Castanheira para exercer funções de adjunto do meu Gabinete, em regime de comissão de serviço.

2 — O presente despacho produz efeitos a 3 de Novembro de 2009.

12 de Novembro de 2009. — O Secretário de Estado da Justiça, *João José Garcia Correia*.

202653011

Despacho n.º 26633/2009

Nos termos e ao abrigo do n.º 1 do artigo 2.º e do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho:

1 — Nomeio, obtida a anuência do Conselho Superior do Ministério Público, a procuradora da República Luísa Isabel Verdasca Sobral Matias Pinto para exercer funções de chefe do meu Gabinete, em regime de comissão de serviço.

2 — À nomeada é reconhecida a faculdade de optar pela remuneração correspondente ao cargo de origem, acrescida de despesas de representação de chefe do Gabinete, nos termos do n.º 4 do artigo 6.º do diploma que estabelece a composição, a orgânica e o regime dos gabinetes dos membros do Governo.

3 — O presente despacho produz efeitos a 11 de Novembro de 2009.

12 de Novembro de 2009. — O Secretário de Estado da Justiça, *João José Garcia Correia.*

202651579

Despacho n.º 26634/2009

Nos termos e ao abrigo do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho:

1 — Determino que o assistente operacional José Luís Mota Peres, que ocupa um posto de trabalho de motorista no mapa de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça, seja afectado ao meu gabinete, em regime de cedência de interesse público, sem suspensão do estatuto de origem.

2 — O presente despacho produz efeitos a 2 de Novembro de 2009.

12 de Novembro de 2009. — O Secretário de Estado da Justiça, *João José Garcia Correia*.

202653944

Despacho n.º 26635/2009

Nos termos e ao abrigo do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho:

1 — Determino que o assistente operacional Mário Arsénio Bandeira Garcez, que ocupa um posto de trabalho de motorista no mapa de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça, seja afectado ao meu

gabinete, em regime de cedência de interesse público, sem suspensão do estatuto de origem.

2 — O presente despacho produz efeitos a 2 de Novembro de 2009.

12 de Novembro de 2009. — O Secretário de Estado da Justiça, *João José Garcia Correia*.

202653799

Despacho n.º 26636/2009

Nos termos e ao abrigo do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho:

1 — Determino que o assistente operacional Eurico Abraão do Rosário Vaz, que ocupa um posto de trabalho de motorista no mapa de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça, seja afectado ao meu gabinete, em regime de cedência de interesse público, sem suspensão do estatuto de origem.

2 — O presente despacho produz efeitos a 2 de Novembro de 2009.

12 de Novembro de 2009. — O Secretário de Estado da Justiça, *João José Garcia Correia*.

202653863

Secretaria-Geral

Despacho n.º 26637/2009

Considerando que a Lei Orgânica do Ministério da Justiça (LOMJ), aprovada pelo Decreto-Lei n.º 206/2006, de 27 de Outubro, determina, no seu artigo 27.º, n.º 3, alínea *b*), a extinção da Auditoria Jurídica do Ministério da Justiça, com fusão das respectivas atribuições na Secretaria-Geral do mesmo departamento ministerial;

Considerando que o processo de fusão da Auditoria Jurídica do Ministério da Justiça na Secretaria-Geral, iniciado após a entrada em vigor do diploma orgânico do serviço integrador, aprovado pelo Decreto Regulamentar n.º 50/2007, de 27 de Abril, em conformidade com o disposto no artigo 29.º, n.º 1 da LOMJ e no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 200/2006, de 25 de Outubro, se mostra concluído, designadamente com a reafectação do pessoal ao abrigo do artigo 13.º, n.º 7 e 21.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro;

Considerando que o licenciado Emílio António Pessoa Mesquita, assessor jurídico principal do quadro de pessoal da extinta Auditoria Jurídica do Ministério da Justiça, se encontrava desde 26 de Outubro de 2005, no exercício de funções de Presidente da Câmara do Município de Vila Nova de Foz Côa, nos termos das disposições constantes da Lei n.º 29/87, de 30 de Junho, estando por isso abrangido, pelo disposto no n.º 9 do artigo 13.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro (Lei da Mobilidade) e, por força do n.º 13 do mesmo artigo, pelos n.os 9 a 13 do artigo 12.º da referida lei, na redacção dada pela Lei n.º 11/2008, de 20 de Fevereiro;

Considerando ainda que o licenciado Emílio António Pessoa Mesquita, solicitou o provimento automático em lugar a criar e a extinguir quando vagar com efeitos a 3 de Novembro de 2009, no mapa de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça, por impossibilidade legal de opção pelo serviço onde exercia funções e considerando ainda o articulado do n.º 10 do artigo 9.º da Lei da Mobilidade, atenta a circunstância da Secretaria-Geral integrar as atribuições do serviço extinto, a cujo quadro de pessoal o interessado pertencia.

Determino:

O provimento automático, do Licenciado Emílio António Pessoa Mesquita, no mapa de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça, em lugar vago da carreira técnica superior, categoria de técnico superior, com efeitos a 3 de Novembro de 2009, nos termos das disposições conjugadas do n.º 13 do artigo 13.º e n.º 10 do artigo 12.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro.

Lisboa, 2 de Dezembro de 2009. — A Secretária-Geral, *Maria dos Anjos Lopes Duarte Maltez*.

202649051

Direcção-Geral da Administração da Justiça

Despacho (extracto) n.º 26638/2009

Por despacho de 18 de Novembro de 2009 do Subdirector-Geral da Administração da Justiça, por delegação:

Maria Fernanda Rosa Delgado Robalo, Secretária de Justiça da 10.ª,11.ª e 12.ª Varas Cíveis de Lisboa — autorizada a permuta para idêntico lugar do 1.º e 2.º Juízos Criminais de Lisboa.

José João Constante de Oliveira, Secretário de Justiça do 1.º e 2.º Juízos Criminais de Lisboa — autorizada a permuta para idêntico lugar da 10.ª,11.ª e 12.ª Varas Cíveis de Lisboa.

Início de funções: dois dias.

Lisboa, 19 de Novembro de 2009. — A Directora de Serviços, *Helena Almeida.*

202648306

MINISTÉRIO DA ECONOMIA, DA INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO

Direcção-Geral das Actividades Económicas

Despacho n.º 26639/2009

Pelo meu Despacho n.º 1342/2009/DG, de 09 de Novembro de 2009 e de acordo com a fundamentação da proposta de nomeação apresentada pelo Júri do procedimento concursal para provimento do cargo de direcção intermédia de 2.º grau, para chefe de divisão, ao abrigo do n.º 8 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pelo artigo 2.º da Lei n.º 51/2005, de 30 Agosto, e artigo 29.º da Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro, foi nomeada, em comissão de serviço, por três anos, renováveis por períodos iguais de tempo, para o cargo de Chefe de Divisão de Projectos a licenciada Natália Maria Cara-Nova Rodrigues Marques Martins do quadro de pessoal da ex-Direcção-Geral do Comércio e da Concorrência.

O Júri entendeu como relevante, para além da adequação das habilitações académicas, a sua experiência profissional, do ponto de vista técnico do concurso, quer no desempenho de funções de dirigente, bem como a qualidade da formação profissional apresentada.

Na entrevista profissional foram evidenciadas excelentes qualidades profissionais, ao nível da motivação, tendo demonstrado muito interesse no desempenho das funções de dirigente e um excelente sentido crítico nas situações apresentadas.

Expressou-se com muita clareza e fluência verbais. De realçar os conhecimentos profundos e a qualidade de experiência que detém na área da avaliação de projectos de investimento do sector do comércio e serviços, bem como o conhecimento de organização e coordenação evidenciado pela representação e participação, designadamente em grupos de trabalho e em Júris, que permitem garantir que o seu desempenho será eficaz, conforme se poderá verificar na nota curricular anexa, que faz parte integrante do presente despacho.

Lisboa, 23 de Novembro de 2009. — *Mário Lobo,* Director-Geral.

Síntese curricular

Identificação: Natália Maria Cara-Nova Rodrigues Marques Martins.

Data de nascimento: 18 de Maio de 1960.

Formação Académica: Licenciatura em Organização e Gestão de Empresas, pelo Instituto Superior de Economia, da Universidade Técnica de Lisboa, em 1983, com a média final de 12 valores.

Actividade Profissional:

Chefe da Divisão de Projectos, da Direcção-Geral das Actividades Económicas, em regime de substituição, desde 12 de Junho de 2007;

Chefe da Divisão de Ordenamento e Urbanismo Comercial, da ex-Direcção-Geral da Empresa, em comissão de serviço, de 7 de Junho de 2004 a 11 de Junho de 2007;

Chefe da Divisão de Novas Técnicas e Tecnologias e Formação Profissional, da ex-Direcção-Geral do Comércio e da Concorrência, em regime de substituição, de 22 de Junho de 2001 a 6 de Junho de 2004;

Assessora Principal de nomeação definitiva desde 28 de Setembro de 2004, do Quadro de Pessoal da ex-Direcção-Geral do Comércio e da Concorrência, afecta no presente, ao Mapa de Pessoal da Direcção-Geral das Actividades Económicas;

Assessora na Direcção de Serviços de Investimento e Inovação no Comércio, da ex-Direcção-Geral do Comércio e da Concorrência, desde 22 desde Novembro de 1999 a 27 de Setembro de 2004;

Técnica Superior Principal da ex-Direcção-Geral do Comércio, desde 12 de Março de 1996 a 21 de Novembro de 1999;

Técnica Superior de 1.ª Classe, da ex-Direcção-Geral do Comércio, desde 8 de Fevereiro de 1992 a 11 de Março de 1996;

Técnica Superior de 2.ª Classe da ex-Direcção-Geral do Comércio Interno, desde 4 de Abril de 1988 a 7 de Fevereiro de 1992;

Em 21 de Outubro e até 3 de Abril de 1988, ingressou no Ministério da Educação, exercendo funções de professora do ensino preparatório e secundário.